Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 6

Demonstração do Resultado Abrangente 8

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022 11

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 12

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 13

Demonstração de Valor Adicionado 14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 16

Balanço Patrimonial Passivo 18

Demonstração do Resultado 20

Demonstração do Resultado Abrangente 22

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 23

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022 25

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 26

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 27

Demonstração de Valor Adicionado 28

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho 30

Notas Explicativas 36

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 76

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 79

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 80

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	67.717.178
Preferenciais	40.991.800
Total	108.708.978
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	813.727	871.508	385.926
1.01	Ativo Circulante	150.605	554.488	70.956
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.691	2.451	60.003
1.01.02	Aplicações Financeiras	123.347	540.640	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	123.347	540.640	0
1.01.02.01.03	Investimento de curto prazo	123.347	540.640	0
1.01.03	Contas a Receber	13.959	10.181	10.168
1.01.03.01	Clientes	10.807	10.181	10.168
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.152	0	0
1.01.03.02.01	Dividendos a receber	3.152	0	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.933	0	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	7.933	0	0
1.01.06.01.01	Tributos compensáveis	7.933	0	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.669	1.200	761
1.01.07.01	Adiantamento a fornecedores	1.240	751	377
1.01.07.02	Despesas pagas antecipadamente	429	449	384
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6	16	24
1.01.08.03	Outros	6	16	24
1.02	Ativo Não Circulante	663.122	317.020	314.970
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	99.714	636	7.897
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	0	6.960
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	0	0	6.960
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	50	50
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	50	50
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	99.714	586	887
1.02.01.10.03	Outros ativos	154	586	887
1.02.01.10.04	Adiantamento para futuro aumento de capital	99.560	0	0
1.02.02	Investimentos	253.732	0	0
1.02.02.01	Participações Societárias	253.732	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	253.732	0	0
1.02.03	Imobilizado	286.004	291.900	301.676
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	278.104	287.556	296.975
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	7.900	4.344	4.701
1.02.04	Intangível	23.672	24.484	5.397
1.02.04.01	Intangíveis	23.672	24.484	5.397
1.02.04.01.02	Intangível em Operação	23.656	24.470	5.397
1.02.04.01.03	Intangível em Andamento	16	14	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	813.727	871.508	385.926
2.01	Passivo Circulante	33.028	30.272	82.763
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.113	684	649
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.113	684	649
2.01.01.02.01	Salários e férias a pagar	1.113	684	649
2.01.02	Fornecedores	3.394	2.343	7.269
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.345	4.879	2.584
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.345	4.879	2.584
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	3.682	1.318
2.01.03.01.02	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	0	105	153
2.01.03.01.03	PIS e COFINS	1.322	1.032	1.027
2.01.03.01.04	Outros	23	60	86
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	25.626	12.434	17.780
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	25.626	12.434	17.780
2.01.05	Outras Obrigações	1.550	9.932	54.481
2.01.05.02	Outros	1.550	9.932	54.481
2.01.05.02.04	Dividendos declarados	0	8.176	52.613
2.01.05.02.05	Uso do bem público	543	450	450
2.01.05.02.06	Encargos setoriais	947	1.249	1.369
2.01.05.02.07	Arrendamentos	60	57	49
2.02	Passivo Não Circulante	609.221	611.870	99.875
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	599.626	599.547	91.621
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	599.626	599.547	91.621
2.02.02	Outras Obrigações	6.397	6.310	5.224
2.02.02.02	Outros	6.397	6.310	5.224
2.02.02.02.03	Uso do bem público	4.591	4.264	3.528
2.02.02.02.04	Outras obrigações	1.556	1.554	1.554
2.02.02.02.05	Arrendamentos	250	492	142
2.02.03	Tributos Diferidos	3.198	6.013	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.04	Provisões	0	0	3.030
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	0	3.030
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	0	3.002
2.02.04.01.05	Provisões Trabalhista	0	0	28
2.03	Patrimônio Líquido	171.478	229.366	203.288
2.03.01	Capital Social Realizado	168.270	168.270	168.270
2.03.04	Reservas de Lucros	3.208	61.096	35.018
2.03.04.01	Reserva Legal	3.208	7.068	5.346
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	54.028	29.672

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	80.836	81.953	76.014
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-33.504	-19.641	-35.851
3.02.01	Custos dos serviços prestados	-20.570	-19.440	-19.176
3.02.02	Compra de energia elétrica	-2.170	-8.974	-6.658
3.02.03	Depreciação e amortização	-10.710	-10.070	-9.934
3.02.04	Utilização do bem público - UBP	-54	-78	-83
3.02.05	(-) Recuperação de custo - Extensão da concessão	0	18.921	0
3.03	Resultado Bruto	47.332	62.312	40.163
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.637	-4.655	-3.093
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.828	-2.540	-1.062
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	43	160
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.638	-2.158	-2.191
3.04.05.01	Pessoal	-2.158	-1.710	-1.875
3.04.05.02	Honorários da diretoria e conselho de administração	-411	-338	-246
3.04.05.03	Depreciação e amortização	-69	-110	-70
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.829	0	0
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.967	0	0
3.04.06.02	Perdas em transações de capital	-138	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	44.695	57.657	37.070
3.06	Resultado Financeiro	-51.369	-10.897	-8.455
3.06.01	Receitas Financeiras	33.586	9.593	128
3.06.02	Despesas Financeiras	-84.955	-20.490	-8.583
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-6.674	46.760	28.615
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.815	-12.337	-2.528
3.08.01	Corrente	0	-5.904	-2.528
3.08.02	Diferido	2.815	-6.433	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-3.859	34.423	26.087
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-3.859	34.423	26.087
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,0355	0,3167	0,24
3.99.01.02	PN	-0,0355	0,3167	0,24
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,0355	0,3167	0,24
3.99.02.02	PN	-0,0355	0,3167	0,24

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-3.859	34.423	26.087
4.03	Resultado Abrangente do Período	-3.859	34.423	26.087

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	40.623	36.753	49.867
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	52.073	48.910	49.462
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-6.674	46.760	28.615
6.01.01.02	Depreciação e amortização	10.833	10.258	10.086
6.01.01.03	Encargos de dívidas	83.520	19.267	7.940
6.01.01.04	Repactuação do risco hidrológico	0	0	1.274
6.01.01.05	Outras variações monetárias líquidas	132	399	343
6.01.01.06	Receita de aplicações financeiras	-35.221	-9.550	0
6.01.01.07	Perdas na baixa de imobilizado	357	0	18
6.01.01.08	Provisão e estorno para contingências	0	-28	748
6.01.01.09	Extensão da concessão	0	-18.921	0
6.01.01.10	Baixa depósitos judiciais	-5	-115	438
6.01.01.11	Equivalência patrimonial	-1.967	0	0
6.01.01.12	Perdas com investimentos	138	0	0
6.01.01.13	Encargos de dividas arrendamento	29	0	0
6.01.01.14	Atualização monetária - Uso do bem público	931	840	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-7.416	-9.463	2.767
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-626	-13	1.226
6.01.02.02	Tributos e contribuições socais a compensar	50	0	80
6.01.02.03	Depósitos judiciais	0	0	-10
6.01.02.04	Despesas pagas antecipadamente	23	-65	-25
6.01.02.05	Outros ativos circulantes e não circulantes	5	-485	263
6.01.02.06	Fornecedores	1.048	-4.926	2.420
6.01.02.07	Taxas regulamentares e setoriais	87	-120	-762
6.01.02.08	Salários, férias e encargos sociais	324	-35	83
6.01.02.09	Impostos e contribuições sociais a recolher	-7.328	-2.295	-66
6.01.02.10	Provisões de contingências	0	-3.002	0
6.01.02.11	Outros passivos circulantes e não circulantes	-510	1.478	-442
6.01.02.12	Adiantamento de Fornecedores	-489	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.03	Outros	-4.034	-2.694	-2.362
6.01.03.01	Impostos e contribuições pagos sobre o lucro	-4.034	-2.694	-2.362
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	93.236	-524.696	-1.003
6.02.01	Resgate de investimento de curto prazo	561.466	172.032	0
6.02.02	Aplicações em investimento de curto prazo	-108.952	-703.122	0
6.02.03	Resgate em títulos e valores mobiliários	0	7.162	972
6.02.04	Aplicações em títulos e valores mobiliários	0	-202	-176
6.02.05	Adições no imobilizado	-4.661	-190	-1.788
6.02.06	Adições no intangível	-2	-376	-11
6.02.07	Adiantamento para futuro aumento de capital pagos	-99.560	0	0
6.02.08	Dividendos recebidos	21.440	0	0
6.02.09	Aquisição de investimentos	-276.495	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-132.619	430.391	-12.218
6.03.01	Pagamentos de dividendos	-62.204	-52.783	0
6.03.02	Captação de debêntures	0	599.451	0
6.03.03	Amortização de principal arrendamentos	-58	-106	-67
6.03.04	Amortização de juros de arrendamentos	-29	-33	-18
6.03.05	Amortização de principal do financiamento	0	-109.073	-8.115
6.03.06	Amortização de juros do financiamento	-70.328	-7.065	-4.018
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.240	-57.552	36.646
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.451	60.003	23.357
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.691	2.451	60.003

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	168.270	0	61.096	0	0	229.366
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	168.270	0	61.096	0	0	229.366
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-54.029	0	0	-54.029
5.04.06	Dividendos	0	0	-54.029	0	0	-54.029
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-3.859	-3.859	0	-3.859
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	-3.859	-3.859	0	-3.859
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	3.859	0	0
5.06.04	Transferência para reserva de lucros	0	0	0	3.859	0	0
5.07	Saldos Finais	168.270	0	3.208	0	0	171.478

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	168.270	0	35.018	0	0	203.288
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	168.270	0	35.018	0	0	203.288
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-169	-8.176	0	-8.345
5.04.06	Dividendos	0	0	-169	-8.176	0	-8.345
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	34.423	0	34.423
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	34.423	0	34.423
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	26.247	-26.247	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	1.721	-1.721	0	0
5.06.05	Lucro Remanescente a Disposição da Assembleia	0	0	24.526	-24.526	0	0
5.07	Saldos Finais	168.270	0	61.096	0	0	229.366

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	168.270	0	55.127	0	0	223.397
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	168.270	0	55.127	0	0	223.397
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-40.000	-6.196	0	-46.196
5.04.06	Dividendos	0	0	-40.000	-6.196	0	-46.196
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	26.087	0	26.087
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	26.087	0	26.087
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	19.891	-19.891	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	1.304	-1.304	0	0
5.06.05	Lucro Remanescente a Disposição da Assembleia	0	0	18.587	-18.587	0	0
5.07	Saldos Finais	168.270	0	35.018	0	0	203.288

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	90.069	86.171	80.043
7.01.02	Outras Receitas	90.069	86.171	80.043
7.01.02.01	Suprimento de energia e Ajuste positivo CCEE	90.069	86.128	79.883
7.01.02.02	Outras Receitas	0	43	160
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-22.078	-10.554	-25.469
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.705	-6.751	-4.930
7.02.04	Outros	-16.373	-3.803	-20.539
7.02.04.01	Encargos do uso da rede elétrica	-7.178	-6.992	-6.512
7.02.04.02	Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-1.611	-1.353	-1.586
7.02.04.03	Outros custos operacionais	-5.414	-5.405	-5.783
7.02.04.04	Energia elétrica comprada para revenda	-2.170	9.947	-6.658
7.03	Valor Adicionado Bruto	67.991	75.617	54.574
7.04	Retenções	-10.833	-10.258	-10.087
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.833	-10.258	-10.087
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	57.158	65.359	44.487
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	35.553	9.593	128
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.967	0	0
7.06.02	Receitas Financeiras	33.586	9.593	128
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	92.711	74.952	44.615
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	92.711	74.952	44.615
7.08.01	Pessoal	4.196	2.915	2.882
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.228	2.182	2.198
7.08.01.02	Benefícios	756	572	499
7.08.01.03	F.G.T.S.	212	161	185
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.160	17.044	6.995
7.08.02.01	Federais	7.157	17.044	6.995
7.08.02.02	Estaduais	3	0	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	85.076	20.570	8.651
7.08.03.01	Juros	83.549	19.300	7.958

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.03.02	Aluguéis	121	80	68
7.08.03.03	Outras	1.406	1.190	625
7.08.03.03.01	Outras despesas financeiras	1.406	1.190	625
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-3.859	34.423	26.087
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-3.859	34.423	26.087
7.08.05	Outros	138	0	0
7.08.05.01	Perda em Transações de Capital	138	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	1.381.112	0	0
1.01	Ativo Circulante	266.206	0	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	33.028	0	0
1.01.02	Aplicações Financeiras	198.403	0	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	198.403	0	0
1.01.02.01.03	Investimento de Curto prazo	198.403	0	0
1.01.03	Contas a Receber	22.001	0	0
1.01.03.01	Clientes	22.001	0	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.504	0	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.504	0	0
1.01.06.01.01	Tributos compensáveis	8.504	0	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.240	0	0
1.01.07.01	Adiantamento a fornecedores	2.592	0	0
1.01.07.02	Despesas pagas antecipadamente	1.648	0	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	30	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.114.906	0	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.865	0	0
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	6.315	0	0
1.02.01.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	6.315	0	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	13.550	0	0
1.02.01.10.03	Outros ativos	4.752	0	0
1.02.01.10.04	Tributos e contribuições sociais a compensar	5.618	0	0
1.02.01.10.05	Derivativos financeiros	3.180	0	0
1.02.03	Imobilizado	1.057.478	0	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	621.856	0	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	435.622	0	0
1.02.04	Intangível	37.563	0	0
1.02.04.01	Intangíveis	37.563	0	0
1.02.04.01.02	Intangíveis em Operação	37.457	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.04.01.03	Intangíveis em Andamento	106	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	1.381.112	0	0
2.01	Passivo Circulante	320.711	0	0
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.362	0	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.362	0	0
2.01.01.02.01	Salario e férias a pagar	2.362	0	0
2.01.02	Fornecedores	16.820	0	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.942	0	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.942	0	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.387	0	0
2.01.03.01.02	PIS e COFINS	2.159	0	0
2.01.03.01.03	Outros	396	0	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	291.699	0	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	266.073	0	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	15.223	0	0
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	250.850	0	0
2.01.04.02	Debêntures	25.626	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	5.791	0	0
2.01.05.02	Outros	5.791	0	0
2.01.05.02.04	Arrendamentos	197	0	0
2.01.05.02.05	Uso do bem público	923	0	0
2.01.05.02.06	Encargos setoriais	1.642	0	0
2.01.05.02.07	Credores diversos	1	0	0
2.01.05.02.08	Dividendo Declarados	3.028	0	0
2.01.06	Provisões	97	0	0
2.01.06.02	Outras Provisões	97	0	0
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	97	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	673.774	0	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	655.671	0	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	56.045	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	56.045	0	0
2.02.01.02	Debêntures	599.626	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	10.150	0	0
2.02.02.02	Outros	10.150	0	0
2.02.02.02.03	Uso do bem público	7.772	0	0
2.02.02.02.04	Outras obrigações	1.555	0	0
2.02.02.02.05	Arrendamentos	823	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	3.199	0	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.199	0	0
2.02.04	Provisões	4.754	0	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.169	0	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.169	0	0
2.02.04.02	Outras Provisões	585	0	0
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	585	0	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	386.627	0	0
2.03.01	Capital Social Realizado	168.270	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	3.208	0	0
2.03.04.01	Reserva Legal	3.208	0	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	215.149	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	105.599	0	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-48.894	0	0
3.02.01	Custos dos serviços prestados	-30.806	0	0
3.02.02	Compra de energia elétrica	-3.026	0	0
3.02.03	Depreciação e amortização	-14.993	0	0
3.02.04	Utilização do bem público - UBP	-69	0	0
3.03	Resultado Bruto	56.705	0	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.242	0	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.591	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.513	0	0
3.04.05.01	Pessoal	-2.944	0	0
3.04.05.02	Honorários da diretoria e conselho de administração	-447	0	0
3.04.05.03	Depreciação e amortização	-122	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-138	0	0
3.04.06.01	Perdas em transações de capital	-138	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	50.463	0	0
3.06	Resultado Financeiro	-53.995	0	0
3.06.01	Receitas Financeiras	33.591	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-87.586	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-3.532	0	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.019	0	0
3.08.01	Corrente	-796	0	0
3.08.02	Diferido	2.815	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.513	0	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-1.513	0	0
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-3.859	0	0
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.346	0	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.99.01.01	ON	-0,0139	0	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	PN	-0,0139	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-1.513	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-1.513	0	0
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-3.859	0	0
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.346	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	61.985	0	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	64.066	0	0
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-3.532	0	0
6.01.01.02	Depreciação e amortização	15.184	0	0
6.01.01.03	Encargos de dívidas	85.976	0	0
6.01.01.04	Outras variações monetárias líquidas	38	0	0
6.01.01.05	Receita de aplicações financeiras	-35.221	0	0
6.01.01.06	Perdas com investimentos	138	0	0
6.01.01.07	Receita de aplicações financeiras capitalizada	36	0	0
6.01.01.08	Baixa de imobilizado	357	0	0
6.01.01.09	Baixa depósitos judiciais	-5	0	0
6.01.01.10	Encargos de dívidas arrendamentos	51	0	0
6.01.01.11	Atualização monetária - Uso do bem público	1.044	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	4.590	0	0
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-2.744	0	0
6.01.02.02	Tributos e contribuições socais a compensar	-3	0	0
6.01.02.03	Adiantamento de Fornecedores	-303.418	0	0
6.01.02.04	Despesas pagas antecipadamente	-411	0	0
6.01.02.05	Outros ativos circulantes e não circulantes	-1.109	0	0
6.01.02.06	Fornecedores	321.832	0	0
6.01.02.07	Taxas regulamentares e setoriais	-98	0	0
6.01.02.08	Salários, férias e encargos sociais	828	0	0
6.01.02.09	Impostos e contribuições sociais a recolher	-9.517	0	0
6.01.02.10	Provisões de contingências	-241	0	0
6.01.02.11	Outros passivos circulantes e não circulantes	-529	0	0
6.01.03	Outros	-6.671	0	0
6.01.03.01	Impostos e contribuições pagos sobre o lucro	-6.671	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-122.252	0	0
6.02.01	Resgate de investimento de curto prazo	911.127	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.02.02	Aplicações em investimento de curto prazo	-504.553	0	0
6.02.04	Aplicações em títulos e valores mobiliários	-6.315	0	0
6.02.05	Aquisição de investimentos	-186.495	0	0
6.02.07	Adições no imobilizado	-335.972	0	0
6.02.08	Adições no intangível	-44	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	22.752	0	0
6.03.01	Amortização de principal arrendamentos	-101	0	0
6.03.02	Amortização de juros de arrendamentos	-51	0	0
6.03.03	Amortização de juros do financiamento	-90.123	0	0
6.03.04	Empréstimos tomados	246.720	0	0
6.03.05	Amortização de principal do financiamento	-4.972	0	0
6.03.06	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	-45.918	0	0
6.03.07	Pagamentos de dividendos	-82.803	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-37.515	0	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	70.543	0	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	33.028	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	168.270	0	61.096	0	0	229.366	0	229.366
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	168.270	0	61.096	0	0	229.366	0	229.366
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-54.029	0	0	-54.029	212.803	158.774
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	212.894	212.894
5.04.06	Dividendos	0	0	-54.029	0	0	-54.029	0	-54.029
5.04.08	Perda na transação de capital	0	0	0	0	0	0	-91	-91
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-3.859	-3.859	0	-3.859	2.346	-1.513
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	-3.859	-3.859	0	-3.859	2.346	-1.513
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	3.859	0	0	0	0
5.06.04	Transferência para reserva de lucros	0	0	0	3.859	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	168.270	0	3.208	0	0	171.478	215.149	386.627

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	168.270	0	35.018	0	0	203.288	0	203.288
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	168.270	0	35.018	0	0	203.288	0	203.288
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-169	-8.176	0	-8.345	0	-8.345
5.04.06	Dividendos	0	0	-169	-8.176	0	-8.345	0	-8.345
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	34.423	0	34.423	0	34.423
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	34.423	0	34.423	0	34.423
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	26.247	-26.247	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	1.721	-1.721	0	0	0	0
5.06.05	Lucro Remanescente a Disposição da Assembleia	0	0	24.526	-24.526	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	168.270	0	61.096	0	0	229.366	0	229.366

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	168.270	0	55.127	0	0	223.397	0	223.397
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	168.270	0	55.127	0	0	223.397	0	223.397
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-40.000	-6.196	0	-46.196	0	-46.196
5.04.06	Dividendos	0	0	-40.000	-6.196	0	-46.196	0	-46.196
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	26.087	0	26.087	0	26.087
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	26.087	0	26.087	0	26.087
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	19.891	-19.891	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	1.304	-1.304	0	0	0	0
5.06.05	Lucro Remanescente a Disposição da Assembleia	0	0	18.587	-18.587	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	168.270	0	35.018	0	0	203.288	0	203.288

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	116.088	0	0
7.01.02	Outras Receitas	116.088	0	0
7.01.02.01	Suprimento de energia e Ajuste positivo CCEE	116.086	0	0
7.01.02.02	Outras Receiras	2	0	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-33.040	0	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.718	0	0
7.02.04	Outros	-25.322	0	0
7.02.04.01	Encargos do uso da rede elétrica	-10.846	0	0
7.02.04.02	Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-1.859	0	0
7.02.04.03	Outros custos operacionais	-9.591	0	0
7.02.04.04	Energia elétrica comprada para revenda	-3.026	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	83.048	0	0
7.04	Retenções	-15.184	0	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-15.184	0	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	67.864	0	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	33.591	0	0
7.06.02	Receitas Financeiras	33.591	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	101.455	0	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	101.455	0	0
7.08.01	Pessoal	5.640	0	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.350	0	0
7.08.01.02	Benefícios	1.022	0	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	268	0	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.413	0	0
7.08.02.01	Federais	9.410	0	0
7.08.02.02	Estaduais	3	0	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	87.777	0	0
7.08.03.01	Juros	86.107	0	0
7.08.03.02	Aluguéis	191	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.03.03	Outras	1.479	0	0
7.08.03.03.01	Outras despesas financeiras	1.479	0	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.513	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-3.859	0	0
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	2.346	0	0
7.08.05	Outros	138	0	0
7.08.05.01	Perda em transação de capital	138	0	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Aos acionistas

A Administração da Foz do Rio Claro Energia S.A ("Companhia"), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, compreendendo o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações contábeis do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, e as respectivas notas explicativas às demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

1. Breve histórico da Companhia

A Foz do Rio Claro Energia S.A "Companhia" é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída em 16 de janeiro de 2006, pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 002/2005 ("Leilão"), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em dezembro de 2005, localizada na capital do Estado de São Paulo, que tem por objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica localizada no Rio Claro, localizado entre os municípios de São Simão e Caçu, no Estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Eng. José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

Em 15 de agosto de 2006, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 005/2006 – MME – UHE Foz do Rio Claro, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos (até 14 de agosto de 2041).

Em 02 de junho de 2022, a Companhia e a União celebraram o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 1.953 (mil e novecentos e cinquenta e três) dias, ou seja, até 20 de dezembro de 2046.

A contratação de energia foi efetuada no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assim a Companhia assinou contrato de venda de energia com 31 (trinta e uma) distribuidoras que participaram do leilão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:

A Companhia conta com duas unidades geradoras de energia, cujas entradas em operação são apresentadas a seguir:

Unidades geradoras	Inicio da operação comercial	Início da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física total (MW médios)
1ª	05 de agosto de 2010	04 de agosto de 2010	nº 2.252	34,2 MW (megawatts)	18,55 MW (megawatts)
2ª	02 de dezembro de 2010	01 de dezembro de 2010	nº 3.682	34,2 MW (megawatts)	18,55 MW (megawatts)
				68,4 MW (megawatts)	**37,1 MW (megawatts)**

A Foz do Rio Claro Energia S.A. (Companhia) controla três Companhias de geração de energia elétrica, duas delas por meio de fonte eólica localizadas no Brasil, no estado do Rio Grande do Norte, com participações direta de 57,29% na Eólica do Agreste Potiguar I ("EAP I") e de 63,18% na Eólica do Agreste Potiguar II ("EAP II"). As Companhias de fonte éolica estão em fase pré-operacional e passaram a ser consolidadas a partir de 06 de janeiro de 2022, e uma Companhia de geração de energia elétrica por meio de fonte hidrelétrica, Ijui Energia S.A. ("Ijuí"), localizada no Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Rolador e Salvador das Missões, no Rio Ijuí, com participação direta de 51%, e que passou a ser consolidada a partir de 1 de setembro de 2022.

Em 30 de novembro de 2022 foi publicada a Portaria Nº 709/GM/MME que aprovou a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de novembro de 2022, atualizado pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética) e pelo MME (Ministério de Minas e Energia), a qual divulga, na forma do Anexo da Portaria, os valores revistos de Garantia Física de diversas usinas hidrelétricas, dentre elas a Usina Hidrelétrica Eng. José Luiz Muller de Godoy Pereira, a partir de 01 de janeiro de 2023, que passará a ser de 37,1 MW médios.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. Governança corporativa

A Companhia pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa.

Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por 5 (cinco) membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, admitida a reeleição por igual período.

Diretoria estatutária

A diretoria estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos diretores:

(i) Diretor Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo
(ii) Diretor de Gestão de Energia, e
(iii) Diretor técnico

Conselho fiscal

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um Conselho Fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas pela lei, e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia não recebeu qualquer pedido de instalação de conselho fiscal pelos acionistas.

3. Desempenho econômico-financeiro

(Em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	Variação %	31/12/2022
Receita operacional bruta	90.069	86.128	4,6%	116.086
(-) Deduções da receita operacional	(9.233)	(4.175)	121,1%	(10.487)
Receita operacional líquida	**80.836**	**81.953**	**-1,4%**	**105.599**
(-) Custos operacionais	(33.504)	(19.641)	70,6%	(48.890)
Lucro bruto	**47.332**	**62.312**	**-24,0%**	**56.709**
(-) Despesas/receitas operacionais	(2.637)	(4.655)	-43,4%	(6.246)
(-) Despesas/receitas financeiras	(51.369)	(10.897)	371,4%	(53.995)
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	**(6.674)**	**46.760**	**-114,3%**	**(3.532)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(5.904)	-100,0%	(796)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.815	(6.433)	100,0%	2.815
Prejuízo (Lucro líquido) do exercício	**(3.859)**	**34.423**	**-111,2%**	**(1.513)**
Ativo total	**813.727**	**871.928**	**-6,7%**	
Investimentos (*)	**563.408**	**316.384**	**78,1%**	

(*) Refere-se aos montantes de imobilizado, intangível e investimentos em controladas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Comentários relevantes - Controladora

A Companhia registrou Receita operacional líquida de R$ 80.836 no exercicio findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação aos R$ 81.953 do mesmo exercicio de de 2021. A redução de 1,4% de um exercício para o outro ocorreu principalmente pelo aumento dos impostos em função da alteração de regime de tributação de Lucro Presumido para o Lucro Real. Os custos operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresentam aumento de 70,6% se comparado ao mesmo exercício de 2021, justificado principalmente pelo reconhecimento da extensão da concessão em 2021, que trouxe um efeito positivo para o exercício de 2021. As despesas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresentam redução de 43,4% quando comparado ao mesmo exercicio de 2021, justificada pela redução em serviços de terceiros e despesas com pessoal.

As despesas financeiras líquidas apresentaram aumento de 371,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 se comparado ao mesmo exercíicio findo de 2021, justificado principalmente pelo aumento de despesas com juros da 1º emissão de debêntures.

No exercício de 2022 a Companhia é enquadrada no regime de Lucro Real (em 2021 regime de tributação Lucro Presumido). O imposto de renda e contribuição social apresentam variações de acordo com o LAIR. A provisão do imposto de renda e contribuição social diferidos estão relacionados a extensão da concessão que é realizado de mensalmente de forma linear até o final da concessão.

EBITDA
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Prejuízo (Lucro líquido) do exercício	(3.859)	34.423	(1.513)
(+) Resultado financeiro	51.369	10.897	53.995
(+) Depreciação e amortização (*)	10.831	10.258	15.180
(+) IR/CS correntes	-	5.904	796
(+) IR/CS diferidos	(2.815)	6.433	(2.815)
(=) EBITDA	**55.526**	**67.915**	**65.643**

(*) Valor composto por depreciação, amortização e amortização do UBP – Uso do Bem Público.

Endividamento
(Em milhares de Reais, exceto índice de endividamento líquido)

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Empréstimos, debêntures, empréstimos em moeda estrangeira e arrendamentos			
Circulante	(25.686)	(12.491)	(291.896)
Não circulante	(599.876)	(600.039)	(656.494)
Dívida total	**(625.562)**	**(612.530)**	**(948.390)**
Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo	127.038	543.091	231.431
Dívida líquida	**(498.524)**	**(69.439)**	**(716.959)**
Patrimônio líquido	171.478	229.366	171.479
Índice de endividamento líquido	**2,91**	**0,30**	**4,18**

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. Capital humano

Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores por meio de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas.

O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e em 31 de dezembro de 2022 a Companhia mantinha em seu quadro 22 colaboradores.

5. Responsabilidade sócio ambiental

A Companhia tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais e ambientais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua, tais como: ações voltadas ao incentivo cultural, desenvolvimento social e econômico da região.

Abaixo destacamos alguns dos programas em andamento que tem como objetivo controle de aspectos ambientais da usina, mitigação de seus impactos socioambientais e geração de dados consistidos sobre o meio ambiente da região:

- Programa de Monitoramento da Estabilidade de Encostas Marginais e Processos Erosivos;
- Programa de Monitoramento Hidrológico;
- Programa de Recuperação da APP;
- Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;
- Programa de Transposição Manual de Peixes;
- Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas e Limnologia;
- Programa de Monitoramento da Comunidade Aquática;
- Programa de Monitoramento de Ictiofauna;
- Programa de Monitoramento de Fauna Terrestre e Alada;
- Programa de Educação Ambiental; e,
- Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PACUERA).

Em seguida, citamos os programas cujo o público alvo são população residente no entorno da usina:

- Programa de Comunicação Social, e,
- Programa de Educação Ambiental.

6. Auditoria Independente

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que contratamos a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY”) para prestação dos serviços de auditoria das nossas demonstrações contábeis, bem como de revisões das informações trimestrais (“ITR”), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade International Financial Repoting Standars (“IFRS”). Adotamos o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, sendo os serviços prestados pela EY foram contratados para os exercícios de 2019 até 2023.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mensagem final

Finalmente, queremos deixar nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Contexto operacional

A Foz do Rio Claro Energia S.A (Companhia), é uma "SPE - Sociedade de Propósito Específico" e foi constituída em 16 de janeiro de 2006 com a finalidade de explorar o potencial de energia hidrelétrica localizado no Rio Claro, Municípios de São Simão e Caçu, no Estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Engº José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar").

O Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 2.252 de 4 de agosto de 2010, liberou a unidade geradora UG1, de 34.200 kW de capacidade instalada da UHE Engº José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), para início da operação comercial a partir de 05 de agosto de 2010, quando a energia produzida pela unidade geradora passou à estar disponível ao sistema. Em 1º de dezembro de 2010, por meio do Despacho nº 3.682, foi liberada a unidade geradora UG2, de 34.200 kW de capacidade instalada, para início da operação comercial a partir de 2 de dezembro de 2010, quando a energia produzida pela unidade geradora passou a estar disponível ao sistema.

O Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 005/2006-MME-UHE FOZ DO RIO CLARO ("Contrato de Concessão"), datado de 15 de agosto de 2006, celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL outorgou à Companhia a concessão de Serviço de Geração de Energia Elétrica pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos até 14 de agosto de 2041, que consiste na exploração do potencial de energia hidrelétrica localizado no Rio Claro e com potência instalada mínima de 68,4 MW.

Ademais, em 02 de junho de 2022, a Companhia e a União celebraram o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 1.953 (mil e novecentos e cinquenta e três) dias, ou seja, até 20 de dezembro de 2046.

O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, mediante indenização dos investimentos em imobilizado realizados e ainda não depreciados.

A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 9.

Notas Explicativas

1 Contexto operacional – Continuação

A Companhia está em plena operação comercial, conforme abaixo:

Unidades geradoras	Inicio da operação comercial	Início da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física total (MW médios)
1ª	05 de agosto de 2010	04 de agosto de 2010	n° 2.252	34,2 MW (megawatts)	18,55 MW (megawatts)
2ª	02 de dezembro de 2010	01 de dezembro de 2010	n° 3.682	34,2 MW (megawatts)	18,55 MW (megawatts)
				68,4 MW (megawatts)	**37,1 MW (megawatts)**

Em 30 de novembro de 2022 foi publicada a Portaria Nº 709/GM/MME que aprovou a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de novembro de 2022, atualizado pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética) e pelo MME (Ministério de Minas e Energia), a qual divulga, na forma do Anexo da Portaria, os valores revistos de Garantia Física de diversas usinas hidrelétricas, dentre elas a Usina Hidrelétrica Eng. José Luiz Muller de Godoy Pereira, a partir de 01 de janeiro de 2023, que passou a ser de 37,1 MW médios.

A Foz do Rio Claro Energia S.A (Companhia) passou a controlar a partir de 06 de janeiro de 2022 duas Companhias de geração de energia elétrica por meio de fonte eólicas localizadas no Brasil, no estado do Rio Grande do Norte, e estão em fase pré-operacional, e, uma Companhia de geração de energia elétrica por meio de fonte hidrelétrica, Ijui Energia S.A, localizada no Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Rolador e Salvador das Missões, no Rio Ijuí, com participação direta de 51%, e passou a ser consolidada a partir de 01 de setembro de 2022.

Controladas	Localização	Resolução Autorizativa ANEEL nº	Prazo da Autorização		Inicio Estimado da Operação	Inicio da Operação	Energia Assegurada MW
			Inicio	Fim			
Eólica do Agreste Potiguar I	Jandira (RN)	8521/2020	24/01/2020	17/11/2055	31/03/2023	-	25.200
Eólica do Agreste Potiguar II	Jandira (RN)	8520/2020	24/01/2020	17/11/2055	31/03/2023	-	37.800
Ijuí Energia S.A	Rolador e Salvador das Missões (RS)	006/2006	29/03/2011	03/02/2046	-	28/03/2011	51.000

Não há previsão de renovação das autorizações das Companhias de fonte eólicas, obrigação de entrega dos ativos ou direito de indenização ao final do prazo das autorizações.

1.1 Aquisição das controladas

Aquisição Eólicas do Agreste Potiguar I e II

Em Assembleia Extraordinária, realizada em 06 de janeiro de 2022, foi aprovado aumento de capital social nas Companhias Eólica do Agreste Potiguar I e Eólica do Agreste Potiguar II, (EAP I e II) respectivamente.

Os montantes dos aportes aprovados foram R$52.366 para Eólica do Agreste Potiguar I e R$ 94.972 para Eólica do Agreste Potiguar II. A Companhia Foz do Rio Claro Energia S.A. aportou R$ 30.000 que foram integralizados em moeda corrente na EAP I e R$ 60.000 que foram integralizados em moeda corrente na EAP II . Com isso a Foz do Rio Claro passa a deter 57,29% das ações da EAP I e 63,18% da EAP II, assim passando a controlar as empresas.

Notas Explicativas

1 Contexto operacional – Continuação

A aquisição foi realizada tendo como base o capital social das controladas, devido à recente criação das Companhias pertencentes ao mesmo grupo econômico e por estarem em construção o valor de aquisição foi considerado como valor justo. Com isso a partir de 06 de janeiro de 2022 as controladas foram consolidadas por Foz do Rio Claro.

Aquisição Ijuí Energia

Em Assembleia Extraordinária, realizada em 14 de setembro de 2022, foi aprovada a aquisição de participação societária pela Companhia de 160.704 ações ordinárias, nominativas, de emissão da Ijuí Energia S.A, ora detidas pela Alupar Investimento S.A. no montante de R$ 186.495. Com isso Foz do Rio Claro passa a deter 51% do capital social, passando a controlar a empresa.

Por pertencer ao mesmo grupo econômico a aquisição foi realizada tendo como base o Patrimônio Líquido da controlada. Com isso, a partir de 01 setembro de 2022 a controlada foi consolidada por Foz do Rio Claro.

A tabela abaixo resume os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

		Eólica do Agreste Potiguar I	Eólica do Agreste Potiguar II	Ijuí Energia	Total Consolidado
	Nota	06/01/2022	06/01/2022	31/08/2022	Movimentação
Ativo circulante		**3.395**	**13.150**	**78.237**	**94.782**
Caixa e equivalentes de caixa		180	184	67.728	68.092
Investimento de curto prazo		3.123	12.772	-	15.895
Contas a receber de clientes		-	-	9.076	9.076
Tributos a recuperar		44	101	-	145
Despesas pagas antecipadamente		-	-	747	747
Adiantamento a fornecedores		-	-	667	667
Outros ativos		48	93	19	160
Não circulante		**35.073**	**52.217**	**378.785**	**466.075**
Tributos e contribuições sociais a compensar		-	-	5.618	5.618
Depósitos judiciais		-	-	7.447	7.447
Imobilizado	**8**	35.071	52.192	351.701	438.964
Intangível	**9**	2	25	14.019	14.046
Total do ativo		**38.468**	**65.367**	**457.022**	**560.857**
		06/01/2022	06/01/2022	31/08/2022	Movimentação
Passivo circulante		**518**	**289**	**22.340**	**23.147**
Fornecedores		85	153	3.120	3.358
Empréstimos e financiamentos	**11.3**	-	-	15.187	15.187
Arrendamentos		-	-	129	129
Salários e férias a pagar		360	18	351	729
Tributos e contribuições sociais a recolher		73	118	1.595	1.786
Uso do bem público		-	-	380	380
Provisão para gastos ambientais		-	-	683	683
Encargos setoriais		-	-	861	861
Outros passivos		-	-	34	34
Não circulante		**15.700**	**30.217**	**69.007**	**114.924**
Empréstimos e financiamentos	**11.3**	-	-	60.804	60.804
Arrendamentos		-	-	598	598
Provisão para contingências		-	-	4.410	4.410
Adiantamento para futuro aumento de capital		15.700	30.217	-	45.917
Uso do bem público		-	-	3.195	3.195
Patrimônio líquido		**22.250**	**34.861**	**365.675**	**422.786**
Capital social		22.367	34.973	298.936	356.276
Prejuízos acumulados		(117)	(112)	-	(229)
Reservas de lucro		-	-	47.399	47.399
Lucro do período		-	-	19.340	19.340
Passivo e patrimônio líquido		**38.468**	**65.367**	**457.022**	**560.857**

Notas Explicativas

1 Contexto operacional – Continuação

Os valores abaixo compreende o resultado do período anterior a data de aquisição da Companhia Ijuí Energia S.A.

	Ijuí Energia
	31/08/2022
Receita operacional líquida	**46.251**
Custos operacionais	
Compra de energia elétrica	(693)
Custos dos serviços prestados	(7.110)
Encargos do uso da rede elétrica	(2.649)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(1.044)
Depreciação e amortização	(8.553)
Utilização do bem público	(30)
	(20.079)
Lucro bruto	**26.172**
Despesas operacionais	
Administrativas e gerais	(852)
Depreciação	(116)
Pessoal	(709)
Honorários da diretoria e conselho de administração	(50)
Outas Receitas Operacionais	-
	(1.727)
Lucro antes do resultado financeiro	**24.445**
Despesas financeiras	(6.165)
Receitas financeiras	3.849
	(2.316)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**22.129**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.789)
Lucro líquido do período	**19.340**

1.1 Impactos do Covid 19

A Companhia e as controladas apresentam receitas previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos contratos do ambiente regulado e ambiente livre, não apresentando risco de demanda. A administração da Companhia avaliou o risco de realização de seus recebíveis e observou que não houve inadimplência em decorrência do COVID-19 no exercicio findo em 31 de dezembro de 2022 e, até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas, não são esperadas perdas futuras atreladas a recebíveis.

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização, a Companhia e as controladas mitigam os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

Com base na avaliação acima, até o momento não houve impacto relevante na Companhia e suas controladas que pudessem requerer alguma mensuração e/ou divulgação das demonstrações contábeis do exercício de findo em 31 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 01 de março de 2023.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real (R$). Essas demonstrações contábeis individuais e consolidas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Notas Explicativas

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis – Continuação

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que representam risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às demonstrações contábeis nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 6 - Contas a receber de clientes: Valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") da controladora "Foz" e controlada "Ijui";
- Nota 13 - Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: disponibilidade de lucro tributável no futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados. Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos: passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão na controladora Foz.
- Nota 14 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda.

2.5 Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas informações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

• Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.

• Participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia ou suas controladas se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia ou suas controladas mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia ou suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma que atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia ou suas controladas tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.

- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e ganhos e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, e é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

Desreconhecimento

Ativo Finaneiro

A Companhia e suas controlads desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia ou suas controladas nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia ou suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia e suas controladas mensuram as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia ou suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas *(forward-looking).*

A Companhia e suas controladas consideram ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia ou suas controladas esperam receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros terão problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou ,
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia ou suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia ou suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

Ativos não financeiros

A Companhia e suas controladas revisam periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). A Companhia e suas controladas possuem apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia e suas controladas.

3.3 Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas.

3.4 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mantidos ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o derivativo ser designado ou não como instrumento de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia e suas controladas não adotam a contabilidade de hedge accounting e designa seus derivativos como:

Instrumentos derivativos não designados em hedge accounting

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa em reais, as controladas contratam instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição cambial e juros. O principal instrumento utilizado é o swap.

Instrumentos de proteção de dívida em Dólares

Instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de converter para real brasileiro as dívidas e empréstimos denominados em dólares americanos, por meio de SWAP's. Nesses instrumentos as controladas da Companhia trocam a posição de exposição cambial do dólar americano dos empréstimos tomados pela taxa de juros flutuante do CDI mais taxa de juros fixa. Ganhos, bem como a marcação a mercado das operações são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica de "Ativo imobilizado".

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.5 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, as quais estão alinhadas comos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

3.7 Intangível

O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação - LI (04 de junho de 2008), a valor presente, e a contrapartida na conta de Uso do Bem Público no Passivo. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

Extensão da concessão: A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga em novembro de 2021, conforme divulgado em nota explicativa 9, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custo – extensão da concessão e será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até dezembro de 2046.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.8 Tributação

Tributos sobre as vendas (controladora)

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60%;
- Transações na CCEE - Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%; e
- Transações na CCEE - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3%;

Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência e deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são registrados no resultado são calculados conforme sistemática do Lucro Real, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% e acrescidas de 10% sobre o que exceder R$ 20 mil pelo número de meses do respectivo período de apuração totalizando uma alíquota de 25% e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

O Imposto de renda e a contribuição social – diferidos Ativos e Passivos são mensurados com base nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no ativo referem-se ao reconhecimento de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, e são revertidas a medida em que os saldos vão se realizando. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

Tributos sobre as vendas (controladas)

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e,
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência. São deduzidos da Receita de geração de energia elétrica, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas pelas alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

3.9 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia e a controlada "Ijuí" têm a obrigação de aplicar 0,40% da Receita operacional líquida ajustada, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC e baixados conforme realização dos projetos.

3.10 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica

A Companhia e a controlada "Ijuí", em conformidade com a Lei 9427/1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensamente, por competência, no resultado da Companhia.

3.11 Receita de geração de energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia e sua controlada "Ijuí" vendem a energia produzida no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, a comercialização da energia elétrica ocorre para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado 100% da garantia física, equivalente a 39 MW médios, cujo o preço médio de venda atualizado na Controladora em dezembro de 2022 é de R$ 259,01 MW/h (R$ 236,14 MW/h em 2021) e na controlada "Ijui" a garantia física equivalente a 30 MW médios cujo o preço médio de venda atualizado em dezembro de 2022 é de R$ 277,81, reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 35 anos contados a partir de agosto de 2006.

(ii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE (Método de Realocação de Energia), e é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

3.12 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou,
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

3.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo e de curto prazos são ajustados a valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.14 Informação por segmento

A Companhia e suas controladas são administradas com uma única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente e consequentemente tem um único segmento que a Administração da Companhia utiliza para analisar seu desempenho operacional e financeiro. As operações da Companhia e suas controladas são realizadas em território nacional.

3.15 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 1º janeiro de 2022 as alterações nas normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis:

- CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade,
- CPC 48 – Instrumentos Financeiros;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado;
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e,
- CPC 15 (R1): Combinação de Negócios.

A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

4 Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado
	Remuneração 31/12/2022 e 2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Fundo fixo	-	4	4	10
Banco conta movimento	-	3.673	2.418	30.001
Aplicações financeiras automáticas	20,00 % do CDI	14	29	3.017
		3.691	**2.451**	**33.028**

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

5 Investimentos de curto prazo

	Remuneração		Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Fundo de Investimento - STA Energia	102,06% do CDI	106,6 % do CDI	123.347	540.640	198.403

A Companhia e suas controladas aplicam seus recursos no Fundo de Investimento STA Energia, cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, marjoritariamente, em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Ativo circulante			
Suprimento de energia elétrica - Ambiente regulado	10.633	9.682	21.480
Ajuste positivo - CCEE	174	499	521
	10.807	**10.181**	**22.001**

Os montantes de suprimento de energia elétrica são constituídos pelos valores faturados em aberto da controladora e sua controlada Ijuí Energia que serão recebidos a partir dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.

Os valores da rubrica "Ajuste positivo - CCEE" referem-se a valores a receber da controladora e sua controlada Ijuí Energia e aos montantes estimados e não faturados, que serão liquidados no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, visto que não há histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

7 Investimentos em controladas

A movimentação dos investimentos para o exercicio de 31 de dezembro de 2022 é:

	Saldo em 31/12/2022					
Controlada	Quantidade de ações ordinárias	Participação societária (%)	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Controladas:						
EAP I	30.000	57,29	216.218	164.914	52.251	(947)
EAP II	60.000	63,18	290.574	197.134	94.861	(1.421)
Ijuí Energia	160.704.291	51,00	417.039	92.901	317.457	6.681
Total Consolidado	**160.794.291**		**923.831**	**454.949**	**464.569**	**4.313**

As informações do investimento estão apresentadas a seguir:

Movimentação dos investimentos	Saldo em 31/12/2021	Aquisição/ Aportes (*)	Perdas em transação de capital	Resultado das controladas em 31/12/2022	(%) de Participação	Resultado de equivalência	Dividendos	Saldo em 31/12/2022
Controladas:								
EAP I	-	30.000	(67)	(947)	57,29	(542)	-	29.391
EAP II	-	60.000	(71)	(1.421)	63,18	(898)	-	59.031
Ijuí Energia	-	186.495	-	6.681	51,00	3.407	(24.592)	165.310
Total Controladora	**-**	**276.495**	**(138)**	**4.313**		**1.967**	**(24.592)**	**253.732**

* Ijuí Energia, EAP I e EAP II foram adquiridas pela Foz do Rio Claro no exercício de 2022.

Notas Explicativas

8 Imobilizado

A composição e movimentação do custo do imobilizado e da depreciação é a seguinte:

	Controladora						Consolidado					
	Taxa média anual de depreciação	31/12/2021	Adições	Baixas	Outros (i)	31/12/2022	31/12/2021 (ii)	Ativos adquiridos na aquisição de controladas	Adições	Baixas	Outros (i)	31/12/2022
Em serviço												
Terrenos	-	8.746	526	(357)	95	9.010	8.746	28.844	526	(357)	95	37.854
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	121.767	5	-	-	121.772	121.767	201.431	307	-	-	323.505
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2%	99.029	-	-	-	99.029	99.029	35.351	20	-	-	134.400
Máquinas e Equipamentos	3%	169.194	442	-	-	169.636	169.194	220.939	568	-	-	390.701
Veículos	15%	60	-	-	-	60	60	82	-	-	-	142
Móveis e Utensílios	4%	53	37	-	-	90	53	79	37	-	-	169
Direito de Uso sobre Arrendamento	12%	784	-	-	(181)	603	784	1.086	-	-	(155)	1.715
Em curso (iii e iv)		4.344	3.651	-	(95)	7.900	4.344	91.532	334.514	-	5.232	435.622
Total do custo do imobilizado		**403.977**	**4.661**	**(357)**	**(181)**	**408.100**	**403.977**	**579.344**	**335.972**	**(357)**	**5.172**	**1.324.108**
Depreciação												
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(30.382)	(2.666)	-	-	(33.048)	(30.382)	(51.550)	(4.166)	-	-	(86.098)
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		(23.122)	(2.025)	-	-	(25.147)	(23.122)	(10.297)	(2.325)	-	-	(35.744)
Máquinas e Equipamentos		(58.229)	(5.258)	-	-	(63.487)	(58.229)	(77.999)	(7.559)	-	-	(143.787)
Veículos		(60)	-	-	-	(60)	(60)	(77)	(1)	-	-	(138)
Móveis e Utensílios		(32)	(3)	-	-	(35)	(32)	(43)	(6)	-	-	(81)
Direito de Uso sobre Arrendamento		(252)	(67)	-	-	(319)	(252)	(414)	(116)	-	-	(782)
Total da depreciação		**(112.077)**	**(10.019)**	-	-	**(122.096)**	**(112.077)**	**(140.380)**	**(14.173)**	-	-	**(266.630)**
Total do imobilizado líquido		**291.900**	**(5.358)**	**(357)**	**(181)**	**286.004**	**291.900**	**438.964**	**321.799**	**(357)**	**5.172**	**1.057.478**

(i) Outros refere-se a remensuração de arrendamentos.
(ii) O saldo apresentado refere-se a Controladora, pois em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possuía controladas, portanto não realizava consolidação.
(iii) O saldo de imobilizado em curso "consolidado" refere-se aos gastos incorridos para a construção das usinas eólicas EAP I e EAP II que até 31 de dezembro de 2022 estão em fase pré-operacional. O saldo de imobilizado em curso "controladora", em 31 de dezembro de 2022 refere-se a discussões judiciais de âmbito fundiário.
(iv) A movimentação apresentada na coluna de Outros "consolidado" compreende a capitalização dos custos das controladas (receitas financeiras e os juros incorridos sobre empréstimos).

Os saldos destacados na rubrica imobilizado em curso consolidado (item iii) trata-se da composição dos custos realizados em benefício das obras nas controladas Eólica do Agreste Potiguar I e Eólica do Agreste Potiguar II. Estes gastos, ao final da construção, serão rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de unitização, conforme orientação do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não identificou indicativos de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado. A Companhia avaliou os impactos do COVID-19, atualmente disponíveis, em suas projeções e não observou impactos relevantes que resultassem em uma mudança significativa no cenário projetado para recuperabilidade dos ativos.

Notas Explicativas

9 Intangível

A composição e movimentação do custo do intangível e da amortização é a seguinte:

		Controladora			Consolidado			
	Taxa média anual de amortização	31/12/2021	Adições	31/12/2022	31/12/2021 (iv)	Ativos adquiridos na aquisição de controladas	Adições	31/12/2022
Em serviço								
Servidões (iii)	0%	4.303	-	4.303	4.303	276	-	4.579
Software	0%	112	-	112	112	136	-	248
Outros intangíveis	19%	187	-	187	187	101	-	288
Uso do bem público (i)	2%	2.955	-	2.955	2.955	2.211	-	5.166
Extensão da concessão (ii)	4%	18.921	-	18.921	18.921	13.094	-	32.015
Em curso		14	2	16	14	48	44	106
Total do custo do intangivel		**26.492**	**2**	**26.494**	**26.492**	**15.866**	**44**	**42.402**
Amortização								
Software		(91)	(8)	(99)	(91)	(130)	(9)	(230)
Outros intangíveis		(186)	(1)	(187)	(186)	(101)	(1)	(288)
Uso do bem público - UBP		(1.606)	(53)	(1.659)	(1.606)	(1.141)	(69)	(2.816)
Extensão da Concessão		(125)	(752)	(877)	(125)	(448)	(932)	(1.505)
Total da amortização		**(2.008)**	**(814)**	**(2.822)**	**(2.008)**	**(1.820)**	**(1.011)**	**(4.839)**
Total do intangivel líquido		**24.484**	**(812)**	**23.672**	**24.484**	**14.046**	**(967)**	**37.563**

(i) Passivo relacionado ao Uso do Bem Público
(ii) Extensão da concessão
(iii) Servidões referem-se a uma faixa de terra desapropriada para realização de passagem das torres e linhas de transmissão que interligam a rede de energia. Conforme manual de controle patrimonial do setor elétrico, servidões não tem depreciação.
(iv) O saldo apresentado refere-se a Controladora, pois em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possuía controladas, portanto não realizava consolidação.

(i) Passivo relacionado ao Uso do Bem Público

	Controladora					Consolidado					
	31/12/2021	Ajuste AVP	Pagamentos	Transferência	31/12/2022	31/12/2021	Passivos Adquiridos na aquisição	Ajuste AVP	Pagamentos	Transferência	31/12/2022
Passivo circulante	450	-	(511)	604	543	450	380	-	(638)	731	923
Passivo não circulante	4.264	931	-	(604)	4.591	4.264	3.195	1.044	-	(731)	7.772
	4.714				**5.134**	**4.714**					**8.695**

O montante registrado como “Uso do bem público” refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico da Controladora Foz do Rio Claro e sua controlada Ijuí Energia. O valor é estabelecido em contrato de concessão atualizado, e descontado a valor presente. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão. Para fins de reconhecimento inicial foi mensurado pelo custo histórico.

Em relação a obrigação de uso do bem publico, conforme estabelecido no contrato de concessão, refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, no qual a Controladora “Foz” e sua Controlada “Ijui”recolherá as parcelas mensais à União, equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual de R$ 214 (valor original na data base de agosto de 2010, atualizado anualmente pelo IPCA) até o 40º ano da concessão.

Notas Explicativas

9 Intangível – Continuação

Em 2021 a Controladora reconheceu a extensão da concessão, o prazo de direito de uso de exploração passou a ser dezembro de 2046, gerando assim um aumento de R$ 362 no saldo de Uso do Bem Público. E, em 2021, a Controlada "Ijuí" reconheceu a extensão da concessão, o prazo de direito de uso de exploração passou a ser fevereiro de 2046, gerando assim um aumento de R$ 225 no saldo de Uso do Bem Público.

(ii) Extensão da concessão

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito.

Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), considerando a geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos estruturantes, caso não houvesse restrição ao escoamento da energia, e o preço da energia no mercado de curto prazo no momento da restrição.

Em 14 de setembro de 2021, a ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.932 que homologou o prazo de extensão da outorga somente das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e que possuíam contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado com extensão do seguinte prazo e valor:

Companhia	Extensão do Prazo de ortoga (dia)	Valor (R$ mil)
Foz do Rio Claro	1.953	18.921
Ijuí Energia	1.648	13.093

A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e encaminhou à ANEEL em 5 de novembro de 2021, após aprovação dos seus órgãos de governança, efetuou o reconhecimento dos direitos de extensão relativos a suas respectivas outorgas em novembro de 2021, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custo – extensão da concessão e será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até dezembro de 2046 para a Controladora "Foz" e até fevereiro de 2046 paa sua Controlada "Ijuí". Na Controlada "Ijui" não foram constituídos provisão de impostos diferidos pois o regime de apuração é lucro presumido.

Notas Explicativas

10 Fornecedores

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Custo do uso do serviço de transmissão	700	619	1.030
Materiais e serviços (*)	1.723	1.239	12.370
Retenção contratual	491	336	2.293
Ajuste negativo CCEE	72	-	392
Compra de energia	408	-	735
Compra de energia - partes relacionadas	-	149	-
	3.394	**2.343**	**16.820**

(*) O montante de materiais e serviços Consolidado se referem, substancialmente, aos custos incorridos nas controladas Eólica do Agreste Potiguar I e Eólica do Agreste Potiguar II visando a construção dos seus parques eólicos.

A rubrica de fornecedores da Companhia e suas controladas é majoritariamente composta por compra de materiais e serviços. Essa operação assim como os passivos de CUST, Retenção contratual e compras de energia são realizadas sem envolvimento de operação de *"forfait"*.

11 Empréstimos e Debêntures

11.1 1º Emissão de debêntures

Em 15 de setembro de 2021 foi efetuada a primeira emissão na Controladora de R$ 600.000 (seiscentos milhões de reais), em debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R$ 1.000, onde os recursos foram transferidos para a Controladora no dia 08 de outubro de 2021. A Alupar Investimento S.A é garantidora da Companhia. A remuneração das debêntures contempla juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia + 1,70% a.a, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil.

As amortizações ocorrerão em três parcelas anuais e sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 15 de setembro de 2026, e o vencimento da dívida se dará em 15 de setembro de 2028. De acordo com cláusula 4, item 4.14 do Instrumento Particular de Escritura da 1º emissão de Debêntures, não haverá repactuação programada das Debêntures.

As debêntures possuem cláusulas restritivas ("covenants") a serem apuradas pela fiadora Alupar Investimento S.A., e apresentadas trimestralmente ao agente fiduciário (Pentágono S.A.Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários).

A Controladora mantém acompanhamento de todas as obrigações definidas na escritura de emissão. Não há obrigações atreladas a índices financeiros em 31 de dezembro de 2022, as demais obrigações foram cumpridas.

Notas Explicativas

11 Empréstimos e Debêntures – Continuação

Empréstimos BNDES - Controlada

O financiamento junto ao BNDES na Controlada Ijuí Energia S.A. teve como finalidade a construção da Usina Hidrelétrica São José, assim como a implantação da linha de transmissão para conexão do Sistema Interligado Nacional da Usina Hidrelétrica São José.

O contrato de financiamento foi assinado em 9 de abril de 2008, e os recursos relacionados a este financiamento foram liberados pelo BNDES entre o período de fevereiro de 2009 a outubro de 2010. Este contrato de financiamento possuía as seguintes condições contratuais iniciais: remuneração pela TJLP acrescido de juros de 3,13% ao ano, e amortização do principal e encargos em 192 parcelas mensais e consecutivas, vencendo a primeira em 15 de agosto de 2010.

Adicionalmente, foram efetuados três aditivos contratuais, relacionados abaixo:

1. Aditivo contratual ocorrido em 02 de junho de 2009: inclusão do acionista FI-FGTS como interveniente no contrato de financiamento.

2. Aditivo contratual ocorrido em 12 de julho de 2010: alteração da conta centralizadora a ser utilizada para liquidação do financiamento.

3. Aditivo contratual ocorrido em 16 de novembro de 2010: alteração da taxa de juros e prazo de vencimento, ou seja, o spread do financiamento passou a ser de 3,17% ao ano, e o vencimento da primeira parcela do principal e encargos passou a ser em 15 de outubro de 2011. As quantidades de parcelas de amortização não foram alteradas, sendo o vencimento final deste contrato em 15 de setembro de 2027.

A Companhia Ijuí Energia S.A. possui os seguintes *covenants* estabelecidos em seu contrato de financiamento, apurados e exigidos anualmente:

- Índice de capitalização ≥ 25%
- Índice de cobertura de serviço da dívida ≥ 1,2

Em 31 de dezembro de 2022, a Controlada "Ijuí" atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

Notas Explicativas

11 Empréstimos e Debêntures

O saldo de empréstimos e debêntures é composto da seguinte forma:

Empresas	Financiadores	Condições contatadas dos empréstimos e financiamentos						Controladora				Consolidado			
								31/12/2022				31/12/2022			
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Encargos		Periodicidade da amortização (Principal/Juros)	Custos a amortizar	Encargos de dívidas	Principal	Total	Custos a amortizar	Encargos de dívidas	Principal	Total
					Indexador	Juros %									
Foz do Rio Claro	Pentágono S.A	15/09/2021	15/09/2028	600.000	100% da taxa DI	2,00% a.a	Semestral	(453)	25.705	600.000	**625.252**	(453)	25.705	600.000	**625.252**
Ijui Energia	BNDES	09/04/2008	15/09/2027	168.200	TJPL	3,17% a.a	Semestral	-	-	-	**-**	-	277	70.991	**71.268**
								(453)	**25.705**	**600.000**	**625.252**	**(453)**	**25.982**	**670.991**	**696.520**
							Circulante	(79)	25.705	-	**25.626**	(79)	25.982	14.946	**40.849**
							Não circulante	(374)	-	600.000	**599.626**	(374)	-	656.045	**655.671**
								(453)	**25.705**	**600.000**	**625.252**	**(453)**	**25.982**	**670.991**	**696.520**

Empresas	Financiadores	Condições contatadas dos empréstimos e financiamentos						Controladora (*)			
								31/12/2021			
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Encargos		Periodicidade da amortização (Principal/Juros)	Custos a amortizar	Encargos de dívidas	Principal	Total
					Indexador	Juros %					
Foz do Rio Claro	Pentágono S.A	15/09/2021	15/09/2028	600.000	100% da taxa DI	2,00% a.a	Semestral	(532)	12.513	600.000	**611.981**
								-	-	-	**-**
								(532)	**12.513**	**600.000**	**611.981**
							Circulante	(79)	12.513	-	**12.434**
							Não circulante	(453)	-	600.000	**599.547**
								(532)	**12.513**	**600.000**	**611.981**

(*) Em 31 de dezembro de 2021 a controladora “Foz” não tinha participações em outras empresas.

11.2 Empréstimos em moeda estrangeira

Captação em moeda estrangeira

Em 21 de junho de 2022 as Controladas Eólica Agreste Potiguar I e Eólica Agreste Potiguar II, firmaram contratos de empréstimos em dólares americanos, sendo o montante de US$ 20.294, equivalente a R$ 104.308 pela Eólica Agreste Potiguar I e US$ 27.707 equivalente a R$ 142.412 pela Eólica Agreste Potiguar II, com pagamento do principal, por contrato de câmbio, no final do contrato em 21 de dezembro de 2023, e juros semestrais em dezembro de 2022, junho de 2023 e dezembro de 2023. Na data de vencimento da operação haverá a conversão do real ao dólar para quitação da dívida.

Instrumentos Financeiros

A Controlada contratou operações de SWAP em junho de 2022 para proteção da exposição cambial e risco de oscilação da taxa de juros dos empréstimos em moeda estrangeira. As operações com o efeito do SWAP apresentam taxa da moeda US$ (SOFR+0,60%) * 1.17647 pela variação do CDI mais 0,98% ao ano.

Financiadores	Empresas	Condições contatadas dos empréstimos e financiamentos						Consolidado		
								31/12/2022		
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Encargos		Periodicidade da amortização (Principal/Juros)	Encargos de dívidas	Principal	Total
					Indexador	Juros %				
Citibank S.A	Eólica Agreste Potiguar I	21/06/2022	21/12/2023	104.308	100% da CDI	0,98% a.a	Semestral	156	105.897	**106.053**
Citibank S.A	Eólica Agreste Potiguar II	21/06/2022	21/12/2023	142.412	100% da CDI	0,98% a.a	Semestral	213	144.584	**144.797**
							Circulante	**369**	**250.481**	**250.850**

Notas Explicativas

11 Empréstimos e Debêntures – Continuação

11.3 As movimentações de empréstimos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

Movimentação de empréstimos, debêntures e empréstimos em moeda estrangeira	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Saldo inicial		611.981	109.401	611.981
Empréstimo adqurido em combinação de negócios		-	-	75.991
Ingresso de dívidas		-	600.000	246.720
Encargos de dívidas (*)	**20**	83.520	19.251	103.935
Amortização do principal		-	(109.073)	(4.972)
Amortização dos juros		(70.328)	(7.065)	(90.123)
Variação cambial		-	-	3.759
(-) Custo de captação - a apropriar		79	(533)	79
		625.252	**611.981**	**947.370**

(*) Os encargos sobre empréstimos das controladas “Eólicas do Potiguar I” e “Eólicas do Potiguar II” estão sendo capitalizados, devido estarem em fase pré-operacional.

11.4 Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas relativas ao financiamento classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

Parcelas vencíveis	Controladora				
	31/12/2022				
	R$				
	2024	2025	2026	Após 2026	Dívida Total
Debêntures	-	-	150.000	450.000	600.000
(-) Custo a amortizar	(79)	(79)	(79)	(137)	(374)
	(79)	**(79)**	**149.921**	**449.863**	**599.626**

Parcelas vencíveis	Consolidado				
	31/12/2022				
	R$				
	2024	2025	2026	Após 2026	Dívida Total
Empréstimos - Controladas	14.994	14.994	14.994	11.063	56.045
Debêntures - Controladora	-	-	150.000	450.000	600.000
(-) Custo a amortizar - Controladora	(79)	(79)	(79)	(137)	(374)
	14.915	**14.915**	**164.915**	**460.926**	**655.671**

Notas Explicativas

12 Tributos e contribuições sociais a recolher

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Tributos e contribuições sociais a recolher			
Impostos de Renda sobre o Lucro Líquido - IRPJ	-	2.386	686
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	1.296	701
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	105	-
Programa de Integração Social - PIS	233	184	382
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.089	848	1.777
Outros	23	60	396
	1.345	**4.879**	**3.942**

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2020	Realização	Saldo em 31/12/2021	Constituição/ Relização	Saldo em 31/12/2022
Ativo (i)					
Base de cálculo acumulada de Prejuízo Fiscal	**1.235**	**-**	**1.235**	**7.518**	**8.753**
Imposto de renda diferido	309	-	309	1.879	2.188
Contribuição social diferida	111	-	111	678	789
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativos	**420**	**-**	**420**	**2.557**	**2.977**

	Saldo em 31/12/2020	Constituição/ realização	Saldo em 31/12/2021	Constituição/ Liquidação	Saldo em 31/12/2022
Passivo (ii)					
Base de cálculo - extensão da concessão	-	**-**	**18.921**	**-**	**18.663**
Imposto de renda diferido	-	(4.730)	(4.730)	189	(4.541)
Contribuição social diferida	-	(1.703)	(1.703)	69	(1.634)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivos	**-**	**(6.433)**	**(6.433)**	**258**	**(6.175)**
Total de Imposto de renda e contribuição social diferidos	**420**	**(6.433)**	**(6.013)**	**2.815**	**(3.198)**

(i) Passivo

Este saldo é composto pelo reconhecimento da extensão da concessão, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9, cujo os valores são amortizados mensalmente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão.

Notas Explicativas

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos – Continuação

A estimativa de liquidação dos ativos e passivos diferidos está apresentado no mapa abaixo:

	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Estimativa de realização IRPJ diferido - Prejuízo fiscal	2.188	-	-	-	-	**2.188**
Estimativa de realização CSLL diferida - Prejuízo fiscal	789	-	-	-	-	**789**
	2.977	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.977**

	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Estimativa de realização IRPJ diferido - Extensão da concessão	189	189	189	189	3.785	**4.541**
Estimativa de realização CSLL diferida - Extensão da concessão	68	68	68	68	1.362	**1.634**
	257	**257**	**257**	**257**	**5.147**	**6.175**

14 Provisão para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base os valores em risco constantes nos pareceres dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia e suas controladas leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia e suas controladas, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

(A) Perda provável: Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Controladora e suas controladas EAP I e EAP II sejam considerados relevantes para o negócio.

Em face da controlada Ijuí Energia as demandas com probabilidade de perda provável resumem-se á:

(i) Demandas Cíveis: um processo processo judicial de natureza Cível (dois em 31 de dezembro de 2022), de valor em risco aproximado em R$ 4.169 (R$ 4.410 em 31 de dezembro de 2021).

A movimentação da provisão é como segue:

	Consolidado		
Civel	Passivos adquiridos na aquisição de controladas	Reversão	31/12/2022
Não Circulante	4.410	(241)	4.169
Total	**4.410**	**(241)**	**4.169**

Notas Explicativas

14 Provisão para contingências – Continuação

(B) Perda possível: Embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia e nem por suas Controladas, no exercício findo de em 31 de dezembro de 2022, merecem destaques as seguintes demandas:

(i) Demandas tributárias: Atualmente a Controladora possui treze processos de natureza tributária (treze em 31 de dezembro de 2021), com valor em risco aproximado em R$ 1.485 (R$ 2.668 em 31 de dezembro de 2021). Em face da controlada "Ijuí", atualmente existem seis processos de natureza tributária, (seis em 31 de dezembro de 2021) com valor em risco aproximado em R$ 450 (R$ 443 em 31 de dezembro de 2021), com natureza possível de perda.

(ii) Demandas cíveis: Atualmente a Controladora possui um processo de natureza cível, de valor em risco aproximado em R$ 195 (em 31 de dezembro de 2021 não havia processo de natureza civil). Em face da controlada "Ijuí", atualmente existem quatro processos de natureza civel, (seis em 31 de dezembro de 2021) com valor em risco aproximado em R$ 1.006 (R$ 999 em 31 de dezembro de 2021) e que, na avaliação da administração da Companhia, não é considerado relevante para o negócio.

(iii) Demandas Trabalhistas: Em face da controlada "Ijuí", atualmente existem dois processos de natureza trabalhista (dois processos em 31 de dezembro de 2021), de valor em risco aproximado em R$ 920 (R$ 810 em 31 de dezembro de 2021), e que, na avaliação da administração da Companhia, não é considerado relevante para o negócio.

(iv) Arbitrais/Ambientais/Regulatórias: Não existem demandas dessas naturezas que, individualmente e, na avaliação da administração da Controladora e de suas Controladas, sejam considerados relevantes para o negócio.

15 Partes relacionadas

15.1 Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos em aberto na data-base das demonstrações contábeis provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

Notas Explicativas

15 Partes relacionadas – Continuação

(A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Ativo circulante			
Dividendos declarados - Ijuí Energia S.A	3.152	-	-
Ativo não circulante			
Adiantamento para futuro aumento de capital em Controladas (*)	99.560	-	-
Passivo circulante			
Dividendos declarados - Alupar Investimento S.A.	-	8.176	3.028
Compra de Energia Elétrica - Alupar Investimento S.A.	-	149	-
Prestação de serviços - AF Energia S.A	160	147	319
Reembolso de despesas - Alupar Investimento S.A.	14	8	47
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A	60	57	197
	234	**8.537**	**3.591**
Passivo não circulante			
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A	250	492	823

(*) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital das controladas "EAP I" e "EAP II" que estão em fase de construção.

(B) Partes relacionadas: informações do resultado.

		Controladora		Consolidado
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Custos				
Compra de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	**19**	(555)	(1.404)	(555)
Juros s/ arrendamentos - Alupar Investimentos S.A/AF Energia S.A		(29)	-	(51)
Prestação de serviços - AF Energia S.A (i)	**19**	(1.924)	(1.754)	(2.571)
		(2.508)	**(3.158)**	**(3.177)**

(i) A AF Energia S.A possui contrato de prestação de serviço com a Companhia com o objeto de serviços operação remota, que compreende, operação remota de equipamentos telecomandados da subestação como religadores, disjuntores e chaves seccionadas, controle do nível do reservatório, e acompanhamento por meio de interface de comunicação e de conversão de protocolos dos sistemas.

As transações comerciais entre partes relacionadas foram realizadas em condições acordados entre as partes.

Notas Explicativas

15 Partes relacionadas – Continuação

15.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2022
01/09/21	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Debentures	Fiança prestada até a liquidação integral das Obrigações Garantidas na Debênture de Foz	15/09/21	15/09/28	600.000	625.252
22/11/22	Diretoria	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100419110099700	22/11/22	23/11/23	1.299	1.299
15/03/22	Diretoria	Foz	N/A	Fiança	Garantir o Pagamento do valor executado nos autos do processo nº 0119265.58.8.09.0173, em curso perante o Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de São Simão - Carta nº 100419030088600	15/03/22	15/03/23	1.864	1.864
21/11/19	Diretoria	Foz	Alupar	Fiança	Pelo cumprimento de todas as obrigações principal e acessórias, decorrentes do PAGAMENTO DOS ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO referente ao contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST PERMANENTE nº 009/2010. - Carta nº 100419110099700	23/11/20	23/11/23	1.164	1.164
25/05/22	Diretoria	Eólica Agreste Potiguar I	Alupar	Fiança	Pelo cumprimento de todas as obrigações principal e acessórias, decorrentes do PAGAMENTO DOS ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO referente ao contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST PERMANENTE nº 153/2020. - Carta nº 100422050008500	25/05/22	25/05/23	220	220
25/05/22	Diretoria	Eólica Agreste Potiguar II	Alupar	Fiança	Pelo cumprimento de todas as obrigações principal e acessórias, decorrentes do PAGAMENTO DOS ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO referente ao contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST PERMANENTE nº 153/2020. - Carta nº 100422050008600	25/05/22	25/05/23	334	334

15.3 Remuneração da alta administração

De acordo o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores estabelece uma remuneração fixa aos membros da Diretoria e aos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração faz jus a remuneração equivalente até 19% daquela devida à Diretoria.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Benefícios de curto prazo (a)	(355)	(280)	(376)
Remuneração do conselho	(56)	(58)	(71)
Total	**(411)**	**(338)**	**(447)**

a) Compostos por ordenados, salários, contribuições para benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale refeição.

Notas Explicativas

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o capital social, subscrito e integralizado é de R$ 168.270 e está representado por 108.708.978 ações nominativas, sendo 67.717.178 ações ordinárias e 40.991.800 ações preferenciais, sem valor nominal.

	31/12/2022 e 31/12/2021				
	Ordinárias		Preferenciais		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade
Acionistas					
Alupar Investimento S/A	67.717.177	100	40.991.800	100	108.708.977
AF Energia S.A.	1	0	-	-	1
Total das ações	**67.717.178**	**100**	**40.991.800**	**100**	**108.708.978**

Reserva de Lucros

a. Reserva legal e destinação do resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Lucro Liquído (Prejuízo) do exercicio	**(3.859)**	**34.423**	**(1.513)**
Reserva legal	-	(1.721)	-
Subtotal	**(3.859)**	**32.702**	**(1.513)**
Dividendo mínimo obrigatório	-	(8.176)	-
Reserva de lucros	-	(24.526)	-
Saldo de lucros acumulados	**-**	**-**	**-**
Dividendo por ação ordinária	**-**	**0,0752**	**-**
Dividendo por ação preferencial	**-**	**0,0752**	**-**

Notas Explicativas

17 Lucro e prejuízo por ação

A Companhia e suas controladas efetuam os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e ações preferenciais totais em circulação, durante os exercicios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Numerador			
Lucro Liquído (Prejuízo) do exercicio	(3.859)	34.423	(1.513)
Denominador			
Média ponderada do número de acões ordinárias	67.717.178	67.717.178	67.717.178
Média ponderada do número de acões preferenciais	40.991.800	40.991.800	40.991.800
Resultado básico e diluído por ação ordinária R$	**(0,0355)**	**0,3167**	**(0,0139)**
Resultado básico e diluído por ação preferencial R$	**(0,0355)**	**0,3167**	**(0,0139)**

18 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Receita de geração de energia elétrica			
Suprimento de energia	88.550	80.676	114.323
Ajuste positivo CCEE	1.519	5.452	1.763
	90.069	**86.128**	**116.086**
Deduções			
PIS - Programa de integração social	(1.464)	(560)	(1.633)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(6.743)	(2.584)	(7.525)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(792)	(805)	(1.037)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(234)	(226)	(292)
	(9.233)	**(4.175)**	**(10.487)**
Receita operacional líquida	**80.836**	**81.953**	**105.599**

Notas Explicativas

19 Custos e despesas operacionais

		Controladora				Consolidado	
		31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022	
	Nota	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis							
Encargos de uso da rede elétrica		(7.178)	-	(6.992)	-	(10.846)	-
Compensação financeira		(1.611)	-	(1.353)	-	(1.859)	-
Utilização do Bem Público - UBP		(54)	-	(78)	-	(69)	-
Doações, contribuições e subvenções		(27)	(5)	(19)	-	(27)	(5)
		(8.870)	**(5)**	**(8.442)**	**-**	**(12.801)**	**(5)**
Custos gerenciáveis							
Energia comprada para revenda		(1.615)	-	(7.570)	-	(2.471)	-
Energia comprada para revenda - Partes relacionadas	**15.1**	(555)	-	(1.404)	-	(555)	-
(-) Recuperação de custo - Extensão da concessão		-	-	18.921	-	-	-
Seguros		(5.298)	(5)	(5.343)	(4)	(6.847)	(7)
Alugueis		(82)	(39)	(55)	(25)	(122)	(69)
Pessoal		(2.317)	(2.158)	(1.369)	(1.710)	(3.117)	(2.944)
Honorários da diretoria e conselho de administração		-	(411)	-	(338)	-	(447)
Material		(517)	(43)	(658)	(21)	(616)	(92)
Serviços de Terceiros		(1.578)	(1.643)	(1.905)	(2.413)	(2.137)	(2.302)
Serviços de Terceiros - partes relacionadas	**15.1**	(1.924)	-	(1.754)	-	(2.571)	-
Provisão para contingências		-	-	28	-	241	-
Outros		(38)	(93)	(20)	(77)	(52)	(120)
Condenação Judicial		-	-	-	-	(2.851)	-
Outras receitas		-	-	-	43	-	-
		(13.924)	**(4.392)**	**(1.129)**	**(4.545)**	**(21.098)**	**(5.981)**
Depreciação e Amortização		(10.710)	(69)	(10.070)	(110)	(14.991)	(124)
		(10.710)	**(69)**	**(10.070)**	**(110)**	**(14.991)**	**(124)**
Total		**(33.504)**	**(4.466)**	**(19.641)**	**(4.655)**	**(48.890)**	**(6.110)**

Os custos e despesas operacionais são classificados entre gerenciáveis e não gerenciáveis, em linha com os requerimentos regulatórios do setor elétrico.

20 Resultado financeiro

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras (*)		33.586	9.578	33.591
Outras receitas financeiras		-	15	-
		33.586	**9.593**	**33.591**
Despesas financeiras				
Encargos sobre debentures, empréstimos e financiamentos (**)	**11.3**	(83.520)	(19.251)	(83.520)
Variação monetária UBP		(931)	(840)	(1.044)
Outros		(504)	(399)	(3.022)
		(84.955)	**(20.490)**	**(87.586)**
Total líquido		**(51.369)**	**(10.897)**	**(53.995)**

(*) O montante de receita de aplicações financeiras está líquida dos impostos.
(**) Os encargos sobre empréstimos das controladas “Eólicas do Potiguar I” e “Eólicas do Potiguar II” estão sendo capitalizados, devido as controladas estarem em fase pré-operacional

Notas Explicativas

21 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	Controladora				Consolidado	
	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro (Prejuízo) antes do IR e CS	(6.674)	(6.674)	46.760	46.760	(3.532)	(3.532)
(-/+) Adições e/ou exclusões	(844)	(857)	-	-	1.123	1.110
Base de cálculo IRPJ e CSLL	**(7.518)**	**(7.531)**	**46.760**	**46.760**	**(2.409)**	**(2.422)**
Reversão do efeito da aliquota lucro presumido	-	-	(30.234)	(26.789)	(4.117)	(2.858)
Base de cálculo IRPJ e CSLL após compensação	**(7.518)**	**(7.531)**	**16.526**	**19.971**	**(6.526)**	**(5.280)**
IRPJ (15%) e CSLL (9%)	-	-	2.479	1.797	313	281
Alíquota de Adicional IRPJ 10%	-	-	1.628	-	202	-
Total dos tributos correntes	**-**	**-**	**4.107**	**1.797**	**515**	**281**
Tributos Diferidos Prejuízos Fiscais e Base Negativa	(1.880)	(678)	-	-	(1.880)	(678)
Tributos Diferidos Extensão	(189)	(68)	4.730	1.703	(189)	(68)
Tributos diferidos	**(2.069)**	**(746)**	**4.730**	**1.703**	**(2.069)**	**(746)**
Total dos tributos	**(2.069)**	**(746)**	**8.837**	**3.500**	**(1.554)**	**(465)**
Alíquota efetiva	**42,17%**		**26,38%**		**57,16%**	

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Considerações gerais

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia e suas controladas limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Notas Explicativas

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos – Continuação

22.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações contábeis .

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
Ativo								
Caixa e bancos	3.677	3.677	2.422	2.422	30.011	30.011	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	14	14	29	29	3.017	3.017	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	123.347	123.347	540.640	540.640	198.403	198.403	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	10.807	10.807	10.181	10.181	22.001	22.001	-	Custo amortizado
	137.845	**137.845**	**553.272**	**553.272**	**253.432**	**253.432**		
Passivo								
Fornecedores	3.394	3.394	2.343	2.343	16.820	16.820	-	Custo amortizado
Emprétimos	-	-	-	-	71.268	71.268	-	Custo amortizado
Debêntures	625.252	653.396	611.981	611.981	625.252	653.396	-	Custo amortizado
Uso do bem público	5.134	5.134	4.714	4.714	8.695	8.695	-	Custo amortizado
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	-	-	250.850	250.850	-	Custo amortizado
	633.780	**661.924**	**619.038**	**619.038**	**972.885**	**1.001.029**		

As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

O valor justo de caixa equivalentes de caixa , contas a receber de clientes, fornecedores e uso do bem público se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas.

1º emissão de debêntures: As debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

A partir do 2º trimestre de 2022 as controladas, Eólica Potiguar I e Eólica Potiguar II, passaram a possuir instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. O principail instrumento utilizado é o swap.

Todas as operações de derivativos da Companhia e suas controladas estão detalhadas no quadro a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos – Continuação

22.2 Hierarquia do valor justo

A Companhia e suas controladas e suas controladas usam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível II** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- **Nível III** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

22.3 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade de investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia e suas controladas estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2022, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%, conforme demonstrado abaixo:

Aplicações financeiras - Controladora	Indexador	Posição em 31/12/2022	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
			Cenário provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			10,63%	**5,31%**	**7,97%**	**13,28%**	**15,94%**
Investimentos de curto prazo	CDI	123.347	13.112	6.550	9.831	16.380	19.662

Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2022	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
			Cenário provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			10,63%	**5,31%**	**7,97%**	**13,28%**	**15,94%**
Investimentos de curto prazo	CDI	198.403	21.090	10.535	15.813	26.348	31.625

Notas Explicativas

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos – Continuação

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2022, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2022 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Empréstimos e debêntures - Controladora	Empresa	Indexador	Posição em 31/12/2022 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário provável	Risco de redução		Risco de aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
				10,63%	**5,31%**	**7,97%**	**13,28%**	**15,94%**
Debêntures	Foz do Rio Claro S.A	DI +	625.705	80.357	46.404	63.380	97.270	114.246

Empréstimos e debêntures - Consolidado	Empresa	Indexador	Taxa de juros média a.a	Posição em 31/12/2022 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
					Cenário provável	Risco de redução		Risco de aumento	
						Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
					10,63%	**5,31%**	**7,97%**	**13,28%**	**15,94%**
Debêntures	Foz do Rio Claro S.A	DI +	2,00%	625.705	80.357	46.404	63.380	97.270	114.246
Empréstimos	Eólica do Agreste Potiguar I e II	CDI +	0,98%	250.850	29.385	15.909	22.647	36.098	42.836
					7,37%	**3,69%**	**5,53%**	**9,21%**	**11,06%**
Empréstimos	Ijuí Energia S.A	TJLP +	3,17%	71.268	10.075	6.163	8.119	12.024	13.979
				947.823	**119.817**	**68.476**	**94.146**	**145.392**	**171.061**

(*) Refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

Gestão de riscos

A Companhia e suas controladas possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia e suas controladas monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias, caso seja necessário, e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Companhia e suas controladas estão expostas ás flutuações de taxa de juros pré-fixados sobre empréstimos, debêntures e aplicações financeiras.

Notas Explicativas

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos – Continuação

Risco de regulação
As atividades da Companhia e suas controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e suas controladas.

Risco Hidrológico
A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do Sistema Interligado Nacional - SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoelétrico elevado e (iii) a obrigação de entrega da garantia física, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE expõe a Companhia à um rateio com base no Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos. Para mitigar esses efeitos, em 14 de janeiro de 2016 a ANEEL, anuiu a repactuação do risco hidrológico da Controladora UHE Foz do Rio Claro e Controlada UHE São José – "Ijuí"nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no Ambiente de Contratação Regulada - ACR no produto SP 100. A partir de julho de 2020 a Companhia e sua controlada passaram a realizar o pagamento mensal do prêmio do seguro do risco hidrológico para a ANEEL.

Risco de Descontratação
Todos os recursos da Controladora e sua controlada "Ijuí" estão vendidos no Ambiente Regulado de Contratação - ACR. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Risco de taxas de câmbio
A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de câmbio refere-se: ao risco de moeda estrangeira nos empréstimos e financiamentos indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, contratados por suas controladas.

Para mitigar a exposição de risco de moeda estrangeira, a partir do 2º trimestre de 2022, as controladas contratatam instrumentos financeiros derivativos.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas
Como as controladas "Eólicas do Agreste Potiguar I e II" estão em fase pré-operacional para a construção de novas instalações, poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que as controladas podem depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Notas Explicativas

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos – Continuação

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos. Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pela Administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2022.

	Controladora					
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	3.394	-	-	-	-	3.394
Debêntures	25.685	(59)	(80)	299.762	299.944	625.252
Total	**29.079**	**(59)**	**(80)**	**299.762**	**299.944**	**628.646**

	Consolidado					
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	16.820	-	-	-	-	16.820
Debêntures	25.685	(59)	(80)	299.762	299.944	625.252
Empréstimos em moeda nacional e estrangeira	3.977	262.096	14.994	41.051	-	322.118
Total	**46.482**	**262.037**	**14.914**	**340.813**	**299.944**	**964.190**

Instrumentos financeiros derivativos

A partir do 2º trimestre de 2022 as controladas, Eólica Potiguar I e Eólica Potiguar II, passaram a possuir instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. O principal instrumento utilizado é o swap.

Notas Explicativas

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos – Continuação

Gestão de capital

A estrutura de capital foi determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Empréstimos, debêntures, empréstimos em moeda estrangeira e arrendamentos			
Circulante	(25.686)	(12.491)	(291.896)
Não circulante	(599.876)	(600.039)	(656.494)
Dívida total	**(625.562)**	**(612.530)**	**(948.390)**
Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo	127.038	543.091	231.431
Dívida líquida	**(498.524)**	**(69.439)**	**(716.959)**
Patrimônio líquido	171.479	229.366	171.479
Índice de endividamento líquido	**2,91**	**0,30**	**4,18**

23 Benefícios a empregados

A Controlada e as controladas “Ijui” oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Controlada reconheceu no resultado o montante de R$ 660 periodo findo em 31 de dezembro 2022 (R$ 477 em 31 de dezembro de 2021) referente a benefícios, em face da sua controladora “Ijui” o montante de R$ 644

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

Notas Explicativas

24 Cobertura de seguros

A Controlada e as controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumariza os riscos considerados e os correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2022.

Risco/Objeto	Empresa	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional (*)	Foz do Rio Claro	452.909	603	18/06/2023
Risco de responsabilidade civil geral	Foz do Rio Claro	700.000	306	18/06/2023
Seguro de veículos	Foz do Rio Claro	100% Tabela Fipe	8	19/06/2023
Seguro de garantia	Eólica do Agreste Potiguar I	5.040	34	15/08/2023
Risco de responsabilidade civil geral	Eólica do Agreste Potiguar I	10.000	11	15/03/2023
Risco de Engenharia	Eólica do Agreste Potiguar I	175.782	330	15/03/2023
Seguro de garantia	Eólica do Agreste Potiguar II	7.560	53	15/08/2023
Risco de responsabilidade civil geral	Eólica do Agreste Potiguar II	10.000	11	15/03/2023
Risco de Engenharia	Eólica do Agreste Potiguar II	239.289	449	15/03/2023
Risco nomeado e operacional (*)	Ijui Energia	468.143	624	18/06/2023
Risco de responsabilidade civil geral	Ijui Energia	700.000	306	18/06/2023
Seguro de veículos	Ijui Energia	100% Tabela Fipe	7	19/06/2023
Total		**2.768.723**	**2.742**	

(*) Seguro de risco nomeado e operacional compreende em sua cobertura: prédios, maquinismos, móveis, equipamentos, mercadorias, matérias- primas e estruturas civis que façam parte do valor em risco declarado na Usina.

* * *

Contadora
Patrícia N. S. Ferreira
CRC 1SP237063/O-2

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Foz do Rio Claro Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Foz do Rio Claro Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Debêntures e Cláusulas contratuais restritivas (“Covenants”)

Conforme divulgado na nota explicativa 11, a Companhia possui passivos financeiros significativos por contratos de empréstimos e debêntures, no montante de R$ 696.520 mil para o consolidado e R$ 625.252 mil para a controladora. A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao atendimento de determinados índices financeiros restritivos (“covenants financeiros”) em conexão com esses contratos.

O endividamento da Companhia, incluindo o atendimento aos índices financeiros contratados, foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que o descumprimento desses índices financeiros e consequente mudança no cronograma de vencimento dessa dívida, pode ter efeitos relevantes sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envio de cartas de confirmação às instituições financeiras, revisão dos contratos de empréstimos e debêntures e suas alterações, recálculo dos índices financeiros constantes das cláusulas restritivas, e avaliação da aderência aos requerimentos dos respectivos contratos de dívida e cumprimento dos covenants financeiros. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto, as quais se encontram na nota explicativa 11.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o endividamento e correspondentes covenants financeiros, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 11 às demonstrações contábeis, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento de suas operações e de suas controladas.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de março de 2023

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O

Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

São Paulo, 01 de março de 2023.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Foz do Rio Claro Energia S/A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 07.823.262/0001-03 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

_____
Eduardo Fucs
Diretor Financeiro, Administrativo e Relações com Investidores

_____
Eduardo Henrique Alves Pires
Diretor de Gestão de Energia

_____
Jorge Francisco Manica Pires
Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

São Paulo, 01 de março de 2023.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Foz do Rio Claro Energia S/A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 07.823.262/0001-03 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

_____
Eduardo Fucs
Diretor Financeiro, Administrativo e Relações com Investidores

_____
Eduardo Henrique Alves Pires
Diretor de Gestão de Energia

_____
Jorge Francisco Manica Pires
Diretor Técnico